



N.º 4

**ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA
EFECTUADA EM 17 DE SETEMBRO DE 2005**

Aos dezassete dias do mês de Setembro de dois mil e cinco, reuniu, pelas quinze horas e trinta e cinco minutos, no **Salão Nobre dos Paços do Concelho**, a Assembleia Municipal de Évora, com a com a seguinte **Ordem do Dia**:

1. **Informação do Sr. Presidente da C. M.E. sobre actividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo;**
2. **Deliberação sobre o Projecto de Alteração ao Regulamento Municipal das Zonas de Estacionamento.**
3. **Deliberação sobre o Regulamento para Apresentação e Concepção dos Projectos de Espaços Exteriores no Concelho de Évora.**
4. **Informação sobre o Plano de Desenvolvimento Social do Concelho de Évora no âmbito da “rede social de Évora”.**
5. **Deliberação sobre a proposta de lançamento de Derrama para 2006;**
6. **Deliberação sobre proposta de adesão da CME à Rede Territorial Portuguesa das Cidades Educadoras ;**
7. **Ractificação do contrato de parceria entre as Câmaras Municipais de Évora, Mértola e Idanha-a-Nova, no âmbito do projecto “3 culturas”.**

NOTA: OS ÚLTIMOS TRÊS PONTOS (5, 6 e 7) FORAM INSERIDOS NA ORDEM DO DIA POR SOLICITAÇÃO EXTRAORDINÁRIA DA CME, APÓS APROVAÇÃO DO PLENÁRIO.



A Mesa foi constituída por:

Presidente – Luís Manuel Capoulas Santos

1º Secretário – José da Silva Costa Russo

2º Secretário - João Luís Latas Lázaro

A Câmara Municipal fez-se representar pelo seu Presidente, José Ernesto d'Oliveira, e pelos Srs. Vereadores Fernanda Ramos, Miguel Lima, Filomena Araújo, Clara Grácio e Carlos Reforço.

Na AME verificaram-se as seguintes presenças:

Luís Capoulas Santos, Acácio Alferes, Carmen Balasteros, Francisco Pândega (em substituição de Mafalda Cristina Troncho), Raimundo Cabral, José Joaquim Palma Rita, Rui Fialho Rosado, José Russo, Paula de Deus (em substituição de José Luís Cardoso), Jorge Lourido, Agostinho Asper Banha (em substituição de António Serrano) , Celino Silva, Carmen Cangarato (em substituição de João Andrade Santos), Luís Carmelo, M^a Helena Costa , Nuno Lino, João Lázaro, Luís Varela (em substituição de Carlos Percheiro), António Ramos, Luís Pasadas, M^a Helena Teixeira da Silva, José Manuel Mateus, Baltazar Damas, António Branco Filipe (em substituição de Victor Santos) Isidro Lobo, João Valverde, M^a Gertrudes Lino ,Domingos Chumbo (em substituição de José Manuel Calado), Manuel Inácio Nunes Henrique (em substituição de João Rodrigues).

Foram registadas as faltas dos Sr(a)s: Maria Helena Quintas Zuber, Rui Grilo, M^a Augusta Pereira, M^a Luísa Baião, Estevão Bicho, Francisco Estevão, José Vitorino Piteira, João Leocádio Ricardo, M^a Gabriela Silva, António Manuel Fialho Russo, Jerónimo Coelho Mendes.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:



Aberta a sessão, o **Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Évora** começou por comunicar que recebera, há dois dias, uma carta da CME propondo o agendamento extraordinário de três novos pontos na Ordem de Trabalhos. Mais lembrou, o Sr. Presidente, que tal é permitido nos termos do regimento, desde que aprovado por dois terços dos membros da Assembleia. E que do conteúdo da referida carta da CME, tinha dado conhecimento aos líderes das diferentes bancadas políticas para que os mesmos pudessem preparar a sua posição.

Assim, foi posta à discussão a proposta de agendamento extraordinário dos três novos pontos na Ordem de trabalhos e de seguida procedeu-se à votação. A inclusão desses últimos três pontos na Ordem de Trabalhos, foi aprovada por vinte e sete votos a favor e uma abstenção.

No Período Antes da Ordem do Dia, **O Sr. Presidente da AME** passou a actualizar a informação aos Srs. Deputados Municipais, sobre a correspondência recebida desde a última reunião até à presente data. De seguida, colocou à discussão a acta de 26 de Fevereiro e posteriormente à votação, tendo a mesma sido aprovada por vinte votos a favor e oito abstenções.

A segunda acta, referente à sessão de 24 de Junho, foi também submetida à discussão, tendo a Sr.^a Deputada Helena Costa solicitado que fosse rectificado o nome de um dos dois Srs. sindicalistas que se reuniram com o Sr. Presidente da AME. Em vez de Narcindo Cassiano deve constar José Emídio. Após esta correcção, foi colocada à votação a mesma acta, e aprovada por maioria, com vinte e um votos a favor e sete abstenções.

O Sr. Presidente informou então, que fora entregue à Mesa uma moção cujo primeiro subscritor é o Sr. Deputado Jorge Lourido, e o tema é “a Lei da Água”.

Tomou a palavra o **Sr. Deputado Jorge Lourido** para apresentação da referida Moção. Referiu que a pertinência deste assunto se prende com a grande importância que a água tem nos tempos de hoje, e com um debate que vai decorrer na Assembleia da República. Disse que, pela sua dimensão, este debate deverá envolver todas as estruturas do Poder Local, dos movimentos cívicos e sociais, e a participação de toda a população. Lembrou que a água é referida no artigo oitenta e quatro da



Constituição Portuguesa, como parte integrante do domínio público; após estes considerandos, o Sr. Deputado Jorge Lourido passou à leitura do texto da Moção que se anexa a esta acta.

Aberta a discussão desta moção, pronunciou-se o **Sr. Deputado Acácio Alferes** dizendo que o documento em apreço contém muita matéria com que concorda. Considera que se trata de um assunto de uma importância vital não só para Évora, como para a Região e para o País mas que compreende que uma das razões que suporta esta moção, é o período eleitoral que vivemos. Trata-se de tentar arranjar uma arma de arremesso. Ora, com a água não se pode fazer demagogia, nem chicana política. Os grandes problemas da água, que exigem consenso, ligam-se com números de que se ofereceu para facultar aos restantes membros da AME. Em Évora, desde 1977 até ao ano 2000, o aumento do consumo de água por habitante mais do que triplicou. Este não é um problema só de Évora, nem do Alentejo. Nem é um problema do tempo de seca. É um problema da Humanidade de hoje.

Assim, não se trata de evitar a discussão do problema da Água, mas sim de colocar essa discussão ao nível dos problemas fundamentais, sem pretender tirar daí proveitos político partidários. Pelo que esta moção não receberá o seu voto favorável, concluiu o Sr. Deputado Acácio Alferes.

Tomou a palavra o **Sr. Deputado Francisco Pândega** para declarar que também não vota a favor desta moção por ela estar mal elaborada e conter erros. Não acredita nomeadamente, que uma lei quadro da água admita “tender a eliminar um regime fundiário inferior a 50 hectares”.

De seguida, e nos termos do regimento, o **Sr. Presidente da AME** passou a Presidência da Assembleia ao primeiro secretário, Sr. José Russo, para se pronunciar sobre a Moção apresentada: “Trata-se de um assunto de grande relevância que naturalmente merece um amplíssimo debate. Não me parece, é que esta Assembleia possa desenvolver esse debate sem um documento prévio, sem a leitura do projecto de lei criticado, assim tomada de surpresa. Votar a favor desta moção seria tomar a posição política do partido que a apresenta, na completa obscuridade teórica do assunto. Disse o Sr. Presidente da AME.

O **Sr. Deputado Jorge Lourido** referiu que o que está em causa é o facto da Assembleia da República se preparar para debater uma lei – quadro da água, na completa ausência da participação



das estruturas, que desde o primeiro momento, deveriam debater o assunto. Isto mesmo se pode constatar a partir da anterior intervenção do Sr. Presidente da AME que dá razão à proposta que aqui trazemos, e que no essencial se resume a dois pontos: Por uma lado a suspensão deste processo, e por outro, o debate efectivo do mesmo em todas as estruturas.

O facto de não termos anexado o documento do referido projecto de lei, resulta do não agendamento deste ponto na Ordem de Trabalhos, e como tal, este espaço permitir apenas chamar a atenção para a gravidade da exclusão da discussão, das várias estruturas implicadas. Não queremos, aqui e agora, discutir esta lei-quadro da água. Por isso, poderíamos até retirar do texto vários considerandos se isso viabilizar o consenso que a questão exige. Não está sequer em causa o caso concreto do concelho de Évora, a não ser na defesa do direito que lhe assiste de participar nesta discussão.

A **Sr.ª Deputada Carmen Balasteros** comentou as intervenções do Sr. Presidente da AME e do Sr. Deputado Acácio Alferes dizendo que, por se tratar de um assunto de tão grande importância, por também considerar que não deve ser entendido como uma arma de arremesso, e já que existe o desconhecimento do texto da lei, esta discussão deverá vir a ser agendada futuramente.

Quanto à questão da importância de inverter a tendência do aumento do consumo da água, isso consegue-se com acções de formação e campanhas de informação que os cidadãos não têm visto muito. Sabendo que o Alentejo e Évora tem características específicas, que existe falta de água potável, há que investir técnica e tecnologicamente. Cabe aos poderes instituídos fazer essa aposta em tempo útil. Disse a Sr.ª Deputada Carmen Balasteros.

Não havendo mais inscrições, passou-se à votação da Moção sobre a Lei Quadro da Água tendo a mesma sido rejeitada por dezoito votos contra, da bancada do PS, dez votos a favor da bancada da CDU e uma abstenção do PSD.

Continuando no Período Antes da Ordem do Dia, solicitou a palavra o **Sr. Deputado Celino Silva** para discutir as dificuldades de revisão do Plano Municipal.

“Durante este mandato, a Câmara foi passando para a opinião pública, e para as entidades envolvidas, a ideia de que os atrasos na aprovação deste Plano não eram da sua responsabilidade. O



Sr. Deputado à Assembleia da República, Abílio Fernandes, fez um requerimento ao Ministério do Ambiente Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional e recebeu do Gabinete do Sr. Ministro uma carta curta, que solicito se anexe à acta, cuja cópia foi distribuída aos Srs. Deputados desta Assembleia, e da qual destaco os seguintes tópicos: Desde a primeira reunião de acompanhamento do processo de revisão do PDM havida em Fevereiro de 1999, realizaram-se treze reuniões congéneres. A Comissão de Coordenação Regional do Alentejo destacou um conjunto de dificuldades neste processo, registadas ao nível da fundamentação da estratégia de desenvolvimento do Concelho; ao nível da obtenção de consenso sobre a solução mais adequada para o problema do fraccionamento da propriedade para fins agrícolas e posterior urbanização; ao nível da demora das respostas por parte da CME; e por fim, ao nível da ampliação do perímetro urbano da cidade. E continua a CCRA expondo, neste documento, um conjunto de elementos que desmontam todas as afirmações da CME e do seu Presidente, segundo as quais a não viabilização do PDM não eram da sua responsabilidade mas sim de entidades exteriores.

Na nossa opinião, este documento é uma prova de que essa responsabilidade foi, e é, da CME. Pela forma como foi tratada, a revisão do PDM ficou paralisada durante quatro anos e isso é inadmissível. Mais uma vez fica claro que o trabalho feito pela anterior Câmara até 2001, poderia eventualmente ter sido actualizado em função dos dados dos Censos de 2001, mas se continuado, teria permitido a viabilidade deste instrumento fundamental para o desenvolvimento do concelho. Com esta condução do processo ficamos sem respostas numa matéria da maior relevância.” Disse o Sr. Deputado Celino Silva.

O **Sr. Deputado Palma Rita** dirigiu-se à Assembleia declarando-se surpreendido pelo documento distribuído pela bancada da CDU. “Aqui está a prova de que a intervenção da Câmara neste processo do PDM foi a mesma que em relação a todas as outras coisas neste mandato. É uma atitude de não responsabilidade e vitimização. Por um lado, em relação à anterior gestão municipal, por outro em relação à CCRA acusada de bloquear o processo. Registo a parte do texto que refere a falta de fundamentação da estratégia de desenvolvimento do concelho. Penso que esta afirmação vinda de um gabinete de um Ministro do Partido Socialista descredibiliza bastante o executivo municipal e confirma o que o PSD vem dizendo: Falta a Évora e à CME uma visão para a cidade; é essa falta de visão a responsável pela não revisão do PDM.” Disse o Sr. Deputado Palma Rita.



O **Sr. Presidente da AME** colocou então à votação o prolongamento do Período Antes da Ordem do Dia, por uma hora. Esse prolongamento foi aprovado por dezasseis votos a favor, oito contra, e três abstenções.

Foi dada a palavra ao **Sr. Presidente da CME** que disse já esperar a discussão deste assunto, uma vez que quando os argumentos escasseiam é previsível que se procure lançar mão de tudo, qual naufrago em busca de tábua de salvação. Registou ainda o Sr. Presidente da CME, mais uma vez, a convergência de argumentos entre o PSD e a CDU. Quanto ao documento em apreço, o Sr. Presidente precisou os procedimentos que lhe deram origem: “O processamento da resposta aos requerimentos formulados pelos grupos parlamentares, que são dirigidos à Mesa da Assembleia da República, canalizados pelo Ministro dos Assuntos Parlamentares para o Ministério da tutela, e posteriormente dirigidos para as Direcções Regionais ou Gerais mais próximas do problema para que possam responder, explica só por si este documento.

Esta resposta a um requerimento do Sr. Deputado à Assembleia da República, Abílio Fernandes, vem subscrita por uma substituta da Chefe de Gabinete do Sr. Ministro do Ordenamento do Território e Ambiente e dirigida à Chefe de Gabinete do Ministro dos Assuntos Parlamentares, é uma resposta produzida na Comissão de Coordenação da Região Alentejo. É um texto que corresponde à opinião que a CCRA, pela voz da Sr.^a Directora de Serviços, fez chegar à CME ao longo de 4 anos. É preciso acrescentar que esta mesma pessoa também participou em reuniões organizadas pelo PCP onde garantiu que o PDM de Évora nunca seria aprovado. Esta mesma pessoa promoveu a criação de um fórum público, em aliança com elementos próximos do PSD, para discussão deste assunto, quando a sua competência é exclusivamente técnica. Esclareço que das treze reuniões citadas no documento, nove foram realizadas no tempo de vigência da CDU e apenas quatro durante este mandato.

No entanto, ainda bem que este texto surge, já que assim clarifica a existência de diferentes opções estratégicas. Umas, são propostas em programa eleitoral por esta Câmara, e outras, são as propostas pela CDU que passam por ignorar o problema por si criado com o fraccionamento da propriedade rural, e promovendo a incapacidade de edificação nas freguesias rurais.



Por último, quero sublinhar que mesmo que este texto fosse da autoria do Sr. Ministro - que não é - não seria por isso que esta Câmara abandonaria a defesa dos interesses do Município. Actuamos segundo o princípio da independência e não temos uma atitude seguidista capaz de fazer depender os interesses da Câmara dos interesses políticos do governo. Isto, sem prejuízo da solidariedade política existente entre os dois níveis do poder, reforçada pelo facto de ser o mesmo partido político a sustentá-los.

Estamos pois empenhados na viabilização de lotes para construção nas freguesias rurais para fixação da população jovem, na resolução do problema das quintinhas, no alargamento do perímetro urbano de Évora para o limite aprovado em 1985. Defenderemos isto mesmo em qualquer sede, e perante qualquer membro de qualquer governo, seja ele do meu partido ou de outro diferente”. Disse o Sr. Presidente da CME.

O **Sr. Deputado Celino Silva** retomou a palavra para afirmar : “Relativamente ao documento aqui apresentado fica evidente o desrespeito do Sr. Presidente da CME pelos Órgãos administrativos da República. Este documento é muito claro e objectivo relativamente à forma como a CME tratou este processo de revisão do PDM, fossem quem fossem os responsáveis. Também é claro que, nem o Presidente da CME, nem a CME, querem encarar esta situação, mas quanto a isso só o futuro dirá o que pode resultar de atitudes tão autoritárias como a que aqui fica manifesta.

Por outro lado, a proposta da CDU para o PDM foi baseada nos dados estatísticos disponíveis, e na evolução da população ao longo das últimas décadas. Fizeram-se projecções demográficas para avaliar o que será a cidade nos próximos 15 ou 20 anos. Por isso sabemos que não é o alargamento dos perímetros urbanos que vai resolver os problemas de que estamos a falar. Se nove reuniões acontecerem no tempo da anterior Câmara, e só quatro nestes últimos quatro anos, temos de dizer que é pouco. Quando esta Câmara não envia à CCDRA a fundamentação do desenvolvimento económico social do Concelho, ou só tarde envia os relatórios da evolução demográfica, quando esta Câmara desarticula a equipa interna de produção do PDM, isto significa que este assunto foi de facto tratado com ligeireza e falta de responsabilidade. Acresce que a revisão de um PDM deve ser participado e este não foi. Nem a Assembleia Municipal foi envolvida e de cada vez que aqui se levantavam questões relacionadas com o Plano a resposta da Câmara foi sempre crispação. Disse o Sr. Deputado Celino Silva.



Seguiu-se a intervenção do **Sr. Presidente da CME** que disse desejar esclarecer que se não existiram mais reuniões com a CME e a CCDRA foi porque esta última prescindiu do papel de acompanhamento técnico que lhe compete por lei para assumir uma posição de determinação das orientações estratégicas para o PDM. Se nos reportarmos ao texto aqui trazido pela CDU, verifica-se que desde Janeiro de 2002 até Julho de 2005 a CME apresentou quatro propostas. A saber em Fevereiro de 2003, em Julho de 2003, em Setembro de 2004 e em Julho de 2005.

Quanto à falta de fundamentação não está definido na lei o que é uma boa fundamentação. A CME apresentou a sua fundamentação e a Sr.^a Presidente da Comissão Técnica de Acompanhamento não aceitou. Reformulamos por várias vezes essa fundamentação, e agora sim, já foi aceite.

Quanto ao trabalho que tinha ficado feito do anterior mandato foi todo aproveitado, mas foram levados em conta os resultados dos Censos, publicados em 2002, que implicaram algumas alterações, tendo em conta que o crescimento demográfico foi superior ao anteriormente projectado. Consideramos ainda outras perspectivas de desenvolvimento económico entretanto criadas, como é o caso do TGV, do desenvolvimentos industriais previstos, do acréscimo de estudantes na Universidade de Évora, da procura de Évora como lugar de segunda residência. Por tudo isto, é perfeitamente expectável que a cidade venha a crescer significativamente. Entre 2006, altura prevista para a provação do Plano, e 2016 esperamos atingir 65 mil habitantes. São estas perspectivas que a Senhora Directora de Serviços na CCDRA não aceita. Por isso, afirmo que esta Senhora é um entrave ao desenvolvimento da nossa Região porque não é só ao caso de Évora que aplica a sua concepção de uso do solo. Impede, assim, o desenvolvimento económico do Alentejo. Se o Alentejo continuar a deixar-se subordinar à vontade dirigista desta técnica está a correr sérios riscos de perder, irremediavelmente, oportunidades essenciais para o seu desenvolvimento.

O que a CME está a perspectivar é o crescimento do perímetro urbano para a cidade de Évora, já traçado em 1985. No que se refere aos perímetros urbanos das Freguesias Rurais são os mesmos que a CDU tinha projectado. Foram recentemente produzidos alguns acertos, em casos discutidos com os Srs. Presidentes de Junta, mas a proposta física de ordenamento do território mantêm-se a mesma em cerca de 95% do seu todo.

Para concluir o PDM deve ser um ponto de encontro de vontades de todas as forças políticas. Da nossa parte, temos apresentado total disponibilidade, e assim continuaremos, para acolher todas as



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

propostas que correspondam a acréscimos de qualidade e de fundamentação deste Plano. Já que é um Plano para vigorar nos próximos dez anos, é desejável que seja um ponto de reunião de consensos. Disse o Sr. Presidente da CME.

No término do Período antes da Ordem do Dia solicitou ainda a palavra o **Sr. Deputado Celino Silva** para responder que há que distinguir bem entre matérias do Plano Director Municipal e do Plano de Urbanização. O Plano Director Municipal é um instrumento de planeamento a uma escala muito superior a um Plano de Pormenor de uma zona industrial ou um Plano de Urbanização de uma cidade.

Afirmou ainda que a proposta da CDU em 2001 previa uma alteração da reserva agrícola nacional no âmbito do ordenamento e reforço da fixação da população nas aldeias, sobretudo no chamado “monte alentejano”.

Terminou aqui o período de antes da Ordem do Dia.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA:

PONTO UM: Informação do Sr. Presidente da C. M.E. sobre actividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo;

Foi dada a palavra ao **Sr. Presidente da CME** que, no âmbito da actividade desenvolvida pela Câmara, referiu as obras de melhoramentos nas Praças de S. Miguel de Machede e Vendinha.

Evocou a iniciativa “Noites com História” – serões temáticos com recriações históricas de cenas do quotidiano de Évora –, que tiveram lugar em diversos largos e praças de Évora, nos sécs. XVI, XIX e princípios do séc. XX. Estes eventos mereceram, segundo o Sr. Presidente da CME, fortes elogios por parte dos críticos de história e de teatro, bem como grande adesão da população.

No âmbito do Programa de Recuperação de Fontes, Chafarizes e Bicas do CHE foi elaborado, pelos técnicos da CME, um dossier temático que resultou num trabalho de intervenção em 19 fontanários

Acta n.º 4 da sessão ordinária de 17 de Setembro de 2005

10



públicos. Pretende-se que algumas das fontes possam ser utilizadas para consumos menos exigentes e outras serão recuperadas e ficarão a fazer parte do património arquitectónico da cidade. Prevê-se que estes trabalhos estejam concluídos no mês de Outubro.

Neste mandato foram ainda realizadas algumas obras no âmbito do circuito de distribuição de água, tais como: recuperação do Museu da Água, recuperação da Estação Elevatória da Rua do Menino Jesus, recuperação do percurso pedonal ao longo do Aqueduto. Será também editada uma publicação alusiva que irá constituir uma *mais valia* bibliográfica para o conhecimento e estudo deste património eborense.

A CME votou, por unanimidade, a cedência de superfície para a instalação de uma fábrica de aviões – Falconwings.

Os lotes foram cedidos, de acordo com o Regulamento Municipal, por um período de 21 anos e ocupam uma área de 2.688 m², no valor de 44.594,00 €. Prevê-se um investimento de 3.000.000 €, e é um projecto de construção de aviões ligeiros e pequenos.

Foi apresentado à CME para conhecimento e mereceu elogios um documento caracterizador da realidade social do concelho. É o excelente resultado de uma parceria entre os serviços da CME e da Segurança Social no âmbito da Comissão Local de Acção Social. Perspectiva um conjunto de infra estruturas necessárias nesta área.

Está prestes a encerrar o Festival de Verão que trouxe à cidade um conjunto de manifestações diversificadas, percorrendo as áreas da música, da dança do teatro. Aconteceram espectáculos na Praça do Giraldo, mas também sessões de cinema na Praça do Sertório. Estão ainda a decorrer festas de verão em quase todas as freguesias do Concelho integrando o programa deste festival de animação de rua que decorre entre 15 de Agosto e 15 de Setembro.

Realizou-se a XI edição das “24 H de Karting” em Évora. É uma iniciativa que traz a Évora muitos milhares de pessoas e projecta o nome da cidade.

Aconteceu também “Évora Moda 2005” com a participação de outros milhares de cidadãos, permitindo inscrever Évora neste outro roteiro nacional da Moda.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Comemoramos o Dia da Cidade a 29 de Junho, incluindo uma cerimónia de atribuição de medalhas de mérito municipal a um conjunto de personalidades e instituições da cidade.

Inaugurou-se uma grande exposição municipal, realizada em parceria pela CME e Biblioteca Pública de Évora, com vastas referências nos Órgãos de Comunicação especializados, a propósito da Comemoração dos duzentos anos da Biblioteca Pública de Évora. Vai seguir-se um conjunto de conferências internacionais que encerrarão este ciclo comemorativo.

O programa intergeracional “Ocupa-te” ocupou cerca de quinhentas crianças deste concelho, consubstanciando uma vivência intergeracional rica em experiências partilhadas. Crianças de Évora tiveram, neste âmbito, oportunidade de conviverem com crianças de Sta. Maria da Feira.

Évora recebeu 25 embaixadores acreditados junto da Unesco em Paris, numa grata visita ao nosso Centro Histórico. Recolheram informações e deixaram-nos palavras de muito agrado pelo que viram em matéria de conservação do Centro histórico.

Realizou-se mais uma edição da Feira de S. João em Évora com as suas diversas componentes lúdicas, culturais e comerciais.

Continuamos com o Programa de entrega de habitações sociais com a recente entrega de mais 24 fogos. Estas não são necessariamente habitações novas, mas são fogos mal utilizados, em avançado estado de degradação, que sendo património municipal foram recuperados e retornam assim à função de acolhimento de famílias carenciadas.

Foi realizada a 2ª edição do Seminário Educação, Desporto e Movimento. É um ponto de encontro de técnicos de desporto, de animadores desportivos, e pretendemos dar-lhe a periodicidade anual. Coincide com o ponto alto do Programa Jogar que este ano ocupou cerca de 3 000 crianças em todas as escolas do primeiro ciclo deste concelho.

Comemoramos o Dia mundial da Criança e do Ambiente com manifestações próprias no âmbito do Programa Évora Amiga.

Estão em fase de execução muitas empreitadas de pequenas e grandes obras ocupando praticamente todas as freguesias do Concelho. Foram empreitadas lançadas durante o mês de Agosto estando agora a entrar em obra.

Dadas estas informações, o Sr. Presidente da CME colocou-se à disposição dos Senhores Deputados Municipais para outros esclarecimentos que considerassem úteis.



No período de discussão deste primeiro ponto da ordem do dia, usou da palavra o **Sr. Deputado Palma Rita** que apresentou dois pedidos de esclarecimento. No primeiro, relacionado com o Évora Fórum, o Sr. Deputado quis conhecer o ponto de situação deste projecto, tendo em conta que o mesmo já terá já sido aprovado e que o Presidente da CME terá garantido que da sua parte a validação deste projecto só aconteceria quando existissem contrapartidas de apoio aos comerciantes. O Sr. Deputado Palma Rita quer assim saber quais as contrapartidas obtidas do governo, qual o ministro que as assume e qual o ministério que as executa.

O segundo pedido de esclarecimento reporta-se à cedência de terreno para instalação da fábrica de aviões “Falconwings”. Notícias vindas a público e não desmentidas dão conta de números diferentes dos aqui apresentados pelo Sr. Presidente da CME. Afinal o investimento é de 3 milhões de Euros ou de 150 milhões de Euros ? São 300 postos de trabalho ou são 2 500 postos de trabalho? Este investimento reúne todas as condições de credibilidade? Os protagonistas são dignos de confiança? Tendo em conta o seu passado em Ponte de Sôr e outras informações que circulam em diferentes instâncias? No acto de assinatura do acordo de cedência dos direitos de superfície do terreno o Sr. Presidente da CME não esteve presente tendo sido substituído pelo seu chefe de Gabinete. Permitirá este facto alguma leitura relacionada com a credibilidade deste investimento? De notar que estes são pedidos de esclarecimento e não quaisquer acusações, sublinhou o Sr. Deputado Palma Rita.

O **Sr. Deputado Celino** Silva inquiriu o Sr. Presidente da CME sobre a ausência de qualquer referência, neste balanço de actividades, sobre o Plano Estratégico, o PDM, o Plano de Pormenor dos Leões, ou o Plano de Mobilidade Urbana do Concelho. Sendo instrumentos tão importantes para a área do Planeamento o que significa não serem referidos nestes documentos de esclarecimento e informação da AME ? questionou o Sr. Deputado Celino Silva.

O **Sr. Presidente da CME** começou por responder ao Sr. Deputado Celino Silva: No que se refere ao Plano Estratégico, aprovado em 1995, é nosso compromisso revê-lo a seguir à aprovação do PDM, utilizando muitos dos estudos de caracterização e fundamentação mais recentes. O período de dez anos é o indicado como razoável para a vigência de um plano ainda que seja grande a flexibilidade nesta matéria. Quanto ao Plano de Mobilidade Urbana será apresentado por esta



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

Câmara no dia da Mobilidade, próximo dia 22. Os Senhores Deputados Municipais irão ser convidados, contando com a presença do Sr. Secretário de Estado do Ordenamento do território. É um trabalho desenvolvido pela equipa do Instituto superior Técnico liderada pelo Prof. Tiago Farias.

Quanto ao Plano de Urbanização dos Leões, este conheceu uma fase de concurso público, foi contestado por um dos concorrentes, essa contestação seguiu para o Tribunal Administrativo de Beja, daí seguiu para o Supremo Tribunal Administrativo. Estamos à espera da decisão do tribunal e a CME nada pode fazer enquanto o Tribunal não se pronunciar, ainda que haja, de facto, a lamentar tanta morosidade.

Respondendo aos esclarecimentos pedidos pelo Sr. Deputado Palma Rita, no que se refere ao Évora Fórum, este situa-se no âmbito das superfícies de média dimensão superiores a cinco mil metros quadrados. Relativamente à construção cabe apenas à Câmara decidir. Como este Fórum pretende situar-se numa zona prevista no Plano de Urbanização como área para Comércio e Serviços essa decisão não encontra obstáculos. Quanto à actividade, por força da legislação do tempo de Durão Barroso, compete a uma Comissão Regional, - presidida pela Direcção Regional de Economia, em que participam a Câmara Municipal, a Associação de Defesa do Consumidor, a CCDR, entre outras entidades,- dar parecer. A posição da CME nessa Comissão foi a de fazer depender o nosso voto da existência de um conjunto de medidas de apoio ao Comércio Tradicional a serem garantidas pelo Ministério da Economia. Pretende-se assim criar, como que um sucessor do PROCOM, que foi um Programa de apoio ao Comércio tradicional do tempo de António Guterres que viabilizou parcerias em que os proprietários particulares, as Autarquias, se empenharam na melhoria de espaços públicos urbanos. Pretende-se, assim, estimular a competitividade das empresas de Comércio Tradicional. São melhorias dos seus espaços comerciais, dos espaços urbanos envolventes, de formação profissional para os seus quadros e profissionais, de favorecimento de condições de créditos idênticas às das grandes superfícies, entre outras medidas que permitam aos comerciantes ganhar competitividade.

Quanto à questão de Falconwings cabe-me esclarecer que os números de que dispomos são de facto os que apresentamos no documento distribuído aos Srs. Deputados Municipais e que refere três milhões de Euros de investimento. A verba de cento e cinquenta milhões de Euros que nomeou deverão referir-se a outro projecto de industria aeronáutica. São dois projectos diferentes. A mesma distinção se aplica aos números dos postos de trabalho. O Projecto Falconwings tem 250 a 300



postos de trabalho na sua fase cruzeiro, e o projecto Skylander pode atingir dois mil postos de trabalho directos e indirectos, já contando com as novas empresas que vêm associadas ao projecto.

Gostaria ainda de esclarecer que a CME não assinou nenhum contrato para a cedência de terreno. O Sr. Deputado Palma Rita talvez queira referir-se à assinatura de um contrato entre os proprietários da Falconwings e um seu financiador Belga, tendo a CME sido convidada a assistir. No momento, não pude comparecer por me encontrar no estrangeiro e por isso fiz-me representar. Nada disto tem pois, qualquer relacionamento com a credibilidade daquela empresa. Disse o Sr. Presidente da CME.

O **Sr. Deputado Celino Silva** voltou a solicitar o uso da palavra para insistir na necessidade da CME passar a inserir nos relatórios de actividades informação concreta sobre o andamento dos processos de Planeamento dada a sua maior importância. Este Sr. Deputado aproveitou para solicitar expressamente o envio à AME dos estudos do Plano de Mobilidade já que considera indesejável assistir à sessão da sua apresentação sem informação prévia e qualificada.

Quanto à decisão de desenvolver o Plano estratégico após a aprovação do PDM o Sr. Deputado Celino Silva considera discutível, já que o Planeamento estratégico deve ser feito ou em simultâneo, ou antes do Ordenamento do Território, de modo a evitar que certo tipo de conclusões de natureza estratégica não colidam ou ponham em causa propostas do PDM.

Voltou também a usar da palavra o **Sr. Deputado Palma Rita** para acrescentar que os seus anteriores pedidos de esclarecimentos se fundamentaram em notícias assinadas e publicadas por jornalistas e Órgãos de Comunicação Social reconhecidos, devendo por isso, o Sr. Presidente uma posição de desmentido ou clarificação, já que a informação circulou com possibilidade de acesso generalizado.

O **Sr. Presidente da CME** retomou o uso da palavra para informar sobre a situação financeira do Município, reportando-se a um documento técnico da responsabilidade do Sr. Director de Serviços Financeiros da CME, previamente distribuído aos Srs. Deputados da AME. Este documento dá conta de uma taxa de 77.3% de execução do Orçamento previsto no que respeita a despesas de capital ou investimento, ficando um pouco mais abaixo a execução das despesas correntes. Numa óptica estritamente trimestral, poderíamos dizer que estamos um pouco além, mas isso só releva o



dinamismo com que os serviços têm posto em curso os compromissos postos em orçamento para este ano.

No que respeita à captação de receitas, a situação é mais grave na medida em que apenas temos executada 43.7% . Isto resulta da previsão de receitas até agora não concretizadas. No caso das receitas correntes a previsão do IMI ou Imposto Municipal sobre Imóveis (antes contribuição autárquica), atinge neste momento os 5% ; ou seja a máquina fiscal já cobrou aos cidadãos bastante mais, mas a CME apenas recebeu 5% do previsto. No que se refere ao Imposto Municipal sobre Veículos que já se encontra totalmente liquidado a CME apenas recebeu 10.6% do total de imposto arrecadado. Já no caso da SISA o valor recebido é superior ao inicialmente previsto. Quanto à derrama – correspondente a 10% do valor do IRC pago pelas empresas – apenas recebemos 25%. Assim, se somado o que temos a receber apenas nas três rubricas orçamentais (IMI, IMV, derrama municipal) o equilíbrio do Orçamento sob o ponto de vista da Receita estaria conseguido.

No que se refere a dividas à banca, estima-se que no dia 30 de Setembro o valor total seja de sete milhões e quinhentos mil Euros, o que corresponde a um decréscimo ligeiro em relação à última informação que nos situava nos oito milhões de Euros.

A situação continua a ser uma situação financeira difícil ainda que controlada, obrigando a um rigoroso planeamento dos encargos da CME e a esforços de tesouraria intensos com os quais teremos que viver nos próximos anos.

O Sr. Deputado Asper Banha interveio referindo que considera gratificante constatar que não obstante as dificuldades financeiras acrescidas identificadas no início do mandato este executivo soube controlar a divida. Assim, a divida proveniente de empréstimos contraídos passou de 28,6 milhões de Euros para 26,5 milhões de Euros. Esta redução de 2,2 corresponde a 431 mil contos.

Se à divida da banca for somada a divida a fornecedores chegamos a um valor de 34 milhões de Euros, ou seja cerca de 6,8 milhões de contos. Foi assim possível reduzir a dívida ainda que não ao nível desejado. Trata-se de uma gestão rigorosa que não colocou em causa a maioria dos compromissos assumidos com os Eborenses. Se alguém tiver dúvidas sobre a obra feita e o investimento realizado, bastará percorrer a cidade e o Concelho para verificar o quanto este executivo concretizou neste mandato que agora termina. Se alguém não quiser ver será por padecer de miopia política.



Queria terminar com uma palavra de apreço pelo trabalho desenvolvido mas também de orgulho de pertencer ao Partido Socialista, o mesmo Partido que escolheu e sustentou este executivo. Obrigado Sr. Presidente, agradeceu O Sr. Deputado Asper Banha.

O Sr. Presidente da AME, considerando esgotado este ponto da Ordem do dia, solicitou de novo a intervenção do Sr. Presidente da CME para apresentação do ponto seguinte .

PONTO DOIS: Deliberação sobre o Projecto de Alteração ao Regulamento Municipal das Zonas de Estacionamento;

O Sr. Presidente da CME começou por explicar que a alteração proposta visa atingir um objectivo que vem perseguindo desde o início deste mandato, ou seja, melhorar as condições de estacionamento destinado a residentes na área do Centro Histórico. Existem cerca de 900 lugares reservados a residentes que, pelo facto de não terem a tipificação de estacionamento temporário, não deixam à PSP todas as condições para as intervenções necessárias.

A alteração agora proposta visa classificar este estacionamento no Centro Histórico como estacionamento temporário para que a partir daí a PSP passe a actuar vigiantemente nesses casos.

Não havendo inscrições para discussão desta proposta, o Sr. Presidente da AME colocou-a à votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.

PONTO TRÊS - Deliberação sobre o Regulamento para Apresentação e Concepção dos Projectos de Espaços Exteriores no Concelho de Évora.



Tomando a palavra, o **Sr. Presidente da CME** disse tratar-se de um regulamento com eficácia externa e que, por isso, carece da aprovação da AME, depois da aprovação por unanimidade que registou na Câmara. Esta peça regulamentar que até aqui não existia, motivou mesmo um voto de louvor aos serviços, já que ficará agora à disposição de todos aqueles que têm a responsabilidade de planear ou edificar espaços exteriores na área da urbanização ou de obras particulares. É um regulamento construído internamente, com muito cuidado, que esteve em debate público, e constituirá uma inovação, eventualmente a seguir por outras Câmaras. Explicou o Sr. Presidente da CME.

Sem manifestações de interesse em discutir este terceiro ponto, foi o mesmo colocado à votação e aprovado por unanimidade.

PONTO QUATRO - Informação sobre o Plano de Desenvolvimento Social do Concelho de Évora no âmbito da “rede social de Évora”.

Apresentando este Plano, o **Sr. Presidente da CME** disse já ter referido este trabalho no relatório de actividades deste trimestre, como um belíssimo contributo dos serviços da CME, no âmbito da Comissão Local de Acção Social. Implicou parcerias com diversas entidades, como a Segurança Social, Comissões locais de Freguesia, entre outras que desenvolvem actividade nesta área no nosso Concelho. Este documento faz a caracterização exaustiva da situação actual de prestação de serviços, e a prospecção do que nos falta em termos de infra estruturas e capacidade de resposta. Permitiu-nos, por exemplo, dar uma prioridade diferente à criação de Lares nas freguesias, em vez dos Centros de Dia, anteriormente tidos como a resposta mais adequada. As decisões têm de ser suportadas em estudos como este que agora fica à disposição dos membros desta Assembleia.

O **Sr. Presidente da AME** agradeceu, em nome de toda a Assembleia, a deferência da CME pela apresentação deste Plano e disponibilidade para sua discussão, já que a tal não estava obrigada.



Não se tendo registado solicitações para uso da palavra, passou-se ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos.

PONTO CINCO - Deliberação sobre a proposta de lançamento de Derrama para 2006;

Retomando a palavra, o **Sr. Presidente da CME** disse que esta foi também uma proposta aprovada na CME por unanimidade. Tendo em conta a situação financeira atrás examinada só é possível à CME continuar com a taxa de 10%, independentemente de um pacote de outras medidas de incentivo à fixação de empresas e à criação de postos de trabalho. Não obstante, mantemos de pé o nosso compromisso de que ficando a CME em melhor situação financeira estaremos disponíveis para considerar a possibilidade de baixar esta taxa para uma cifra mais razoável de 9, ou mesmo de 8%. Disse o Sr. Presidente da CME.

No período de discussão deste ponto inscreveu-se o **Sr. Deputado Jorge Lourido** para recomendar à CME que, à semelhança do que era feito em anteriores mandatos, uma parte desta derrama, - eventualmente 1% - fosse destinada a um fundo de apoio às micro empresas. Por considerar que esse instrumento é importante para o desenvolvimento da região, não quis deixar de voltar a sublinhar esta posição já recorrente. Disse o Sr. Deputado Jorge Lourido.

O **Sr. Deputado Celino Silva** aproveitou este momento para sugerir uma discriminação positiva dos comerciantes do Centro Histórico. Ou seja que a Câmara estude uma forma de fazer sentir a estes comerciantes o apoio que todas as bancadas da AME e da CME têm expressado.

Em tempo de resposta o **Sr. Presidente da CME** disse compreender e estar de acordo com as anteriores sugestões. No caso da primeira, aliás uma decisão da anterior AME, a Câmara entende manter-se perfeitamente válida e continuará a respeitá-la. Quanto à segunda sugestão, do Sr.



Deputado Celino Silva, o Sr. Presidente da CME disse estar em estudo esse instrumento de apoio aos comerciantes do Centro Histórico e o mesmo dever estender-se aos operadores do Mercado Primeiro de Maio, já que muitos vão ter que fazer investimentos novos para se adaptarem às novas situações do Mercado.

Passando à votação desta proposta, verificou-se ter a mesma sido aprovada por unanimidade.

PONTO SEIS - Deliberação sobre proposta de adesão da CME à Rede Territorial Portuguesa das Cidades Educadoras ;

Apresentando esta proposta o **Sr. Presidente da AME** explicou tratar-se de uma rede internacional de cidades educadoras que tem como função primordial estimular o debate em parceria e a procura de soluções conjuntas. Procurará ainda, nesta área social, identificar possíveis áreas de investimento a captar com recurso a financiamento externo. A CME integra esta rede com a preocupação de colher opiniões e informação actualizada que permita responder cada vez melhor aos muitos problemas em matéria de Educação que identificamos no Concelho. A taxa de insucesso e abandono escolar são dois dos aspectos que preocupam particularmente a CME; pretendemos por isso identificar qual o possível contributo, dentro das competências do Município, para futuras soluções.

Para aderir a redes com outras cidades, a CME carece da autorização da AME, e é essa autorização que vem aqui solicitar, concluiu o Sr. Presidente da CME.

No período de debate deste ponto, o **Sr. Deputado Jorge Lourido** chamou à atenção para a conveniência da CME trazer à AME assuntos desta natureza, (como é também o caso do ponto seguinte da Ordem de trabalhos) com a antecedência devida, e não depois de consumada a sua participação efectiva.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

A isto respondeu o **Sr. Presidente da CME** dizendo que se a CME já participou em reuniões e sessões de trabalho, assumiu-o com estatuto de observador e não de membro efectivo.

Posta à votação, esta proposta foi aprovada por unanimidade.

PONTO SETE - Ractificação do contrato de parceria entre as Câmaras Municipais de Évora, Mértola e Idanha-a-Nova, no âmbito do projecto “3 culturas”.

Na apresentação desta proposta o Sr. Presidente da CME explicou que a sua urgência na ractificação deste contrato de parceria se prende com a necessidade de formalizar uma candidatura conjunta ao Programa Operacional da Cultura. Dispõe até de informação segundo a qual, esta candidatura reúne todos os requisitos para ser aprovada. No conjunto dos três Municípios envolvidos, o investimento previsto é de duzentos e cinquenta mil Euros, sendo a previsão no caso da CME de cerca de oitenta e sete mil Euros. Esta candidatura visa fundamentalmente a dinamização de espaços culturais existentes em cada uma das três cidades. No caso de Évora, será uma programação adequada ao Tetro Garcia de Resende, em Grândola ao seu Teatro Municipal, e em Idanha-a-Nova ao seu Centro Cultural. O apoio à programação destes espaços culturais privilegia os criadores locais, e prevê a permuta de eventos culturais entre os três Municípios. Assim, é solicitado à AME que ractifique este contrato de parceria, disse o Sr. Presidente da CME.

Colocada à votação esta ractificação foi aprovada por unanimidade

APROVAÇÃO EM MINUTA



O Plenário aprovou em minuta e por unanimidade os pontos 3 e 4 Ordem de Trabalhos da presente acta, nos termos do nº3 do art.º 92 da Lei nº5-A/2002, de 11 de Janeiro.

Posta à consideração do público a oportunidade para o uso da palavra por parte dos cidadãos presentes, não se manifestaram interessados.

O Sr. Presidente da AME, antes de dar por terminada a sessão dirigiu à Assembleia palavras de despedida por ser esta a última sessão do mandato. Agradeceu a colaboração de todos os envolvidos, dizendo que foi para si muito grato ter presidido aos trabalhos deste Orgão, e estar convicto da contribuição efectiva de todos os membros desta Assembleia para o engrandecimento da Democracia Local. Congratulou-se ainda com a constatação – feita à luz da sua larga experiência - de que este foi um Parlamento Municipal que evidenciou um elevado nível de participação e qualidade de intervenção, de facto ajustada ao que a cidade de Évora merece. A todos endereçou votos de felicidades.

Desta sessão, e para constar, lavrou-se a presente acta, que vai ser assinada pelos membros da Mesa.

Presidente – Luís Manuel Capoulas Santos

1º Secretário – José da Silva Costa Russo

2º Secretário - João Luís Latas Lázaro

(Acta aprovada, na sessão de 29/12/05, por maioria com 19 votos a favor e 18 abstenções)